



CONTEXTO PROGRAMA PROJETO

ARQUITETURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

RUI JORGE GARCIA RAMOS
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA
MARTA ROCHA MOREIRA
SÉRGIO DIAS SILVA
(COORD.)

MAPA DA HABITAÇÃO
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE
A ARQUITECTURA HABITACIONAL
APOIADA PELO ESTADO
EM PORTUGAL (1910-1974)

U. PORTO

UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA

CENTRO
DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU

MAPA DA
HABITAÇÃO
MdH



FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014

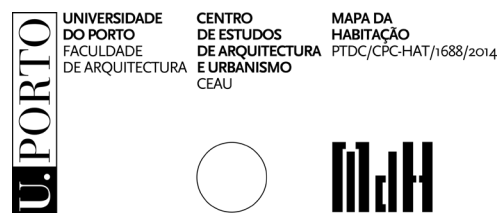
CONTEXTO PROGRAMA PROJETO

ARQUITETURA E POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO

RUI JORGE GARCIA RAMOS
VIRGÍLIO BORGES PEREIRA
MARTA ROCHA MOREIRA
SÉRGIO DIAS SILVA
(COORD.)

MAPA DA HABITAÇÃO
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE
A ARQUITECTURA HABITACIONAL
APOIADA PELO ESTADO
EM PORTUGAL (1910-1974)

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014

Ficha Técnica

TÍTULO

Contexto Programa Projeto:
Arquitetura e Políticas Públicas de Habitação

COORDENADORES

Rui Jorge Garcia Ramos
Virgílio Borges Pereira
Marta Rocha Moreira
Sérgio Dias Silva

TEXTOS

Ana Cardoso de Matos
Carmen Espejel
Eliseu Gonçalves
Filipa Castro Guerreiro
Gisela Lameira
João Queirós
Jorge Mangorrinha
José António Bandeirinha
José Maria Brandão de Brito
Luciana Rocha
Luis Moya
Maria Fernanda Rollo
Orsina Simona Pierini
Paula Borges Santos
Paulo Almeida
Rui Jorge Garcia Ramos
Sérgio Dias Silva
Victor Pereira
Virgílio Borges Pereira

REVISÃO PORTUGUESA

Clemência Rêgo

DESENHO GRÁFICO

Luísa Sousa Ribeiro
Marta Rocha

EDITOR

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

ISBN

978-989-8527-30-1
1.ª edição digital, Porto,
dezembro 2019 [v7]

DIREITOS DE AUTOR

© desta edição, FAUP, Porto
© dos textos, os autores

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob qualquer forma sem a autorização expressa dos coordenadores e dos autores.

Livro publicado no âmbito do projecto de investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)”, co-financiado pela ERDF através do COMPETE 2020 – POCI e fundos nacionais da FCT no âmbito do P2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014.

SOBRE O PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO

NOME

Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal (1910-1974)

Mapping Public Housing: A critical review of the State-subsidized residential architecture in Portugal (1910-1974)

SITE

www.mappingpublichousing.up.pt

INSTITUIÇÃO PROPONENTE

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Arquitectura [FAUP]

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES

Universidad Politécnica de Madrid
Escuela Técnica Superior de Arquitectura
Grupo de Investigación en Vivienda
Colectiva [GIVCO]

Universidade Nova de Lisboa [UNL]
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas [FCSH]
Instituto de História Contemporânea [IHC]

Universidade do Porto [UP]
Faculdade de Letras [FLUP]
Instituto de Sociologia [ISUP]

EQUIPA

[FAUP | CEAU / FCT]

Rui J. G. Ramos
(Investigador Responsável)

Eliseu Gonçalves
(Coordenador)

Gisela Lameira (Bolseiro de Investigação)
Luciana Rocha (Bolseiro de Investigação)
Luísa Sousa Ribeiro (Bolseiro de investigação)
Maria Tavares
Marta Rocha
Raquel Geada Paulino
Sérgio Dias Silva (Bolseiro de Doutoramento)
Teresa Cáliz

[ETSAM | GIVCO]
Carmen Espejel
Daniel Movilla Vega

[UNL | IHC-FCSH]
Fernanda Ribeiro
Maria Fernanda Rollo

[FLUP | ISUP]
Virgílio Borges Pereira

CONSULTORES

[UMR | AUSser]
Monique Eleb
Jean-Michel Léger

[USL | AUHG]
Mark Swenarton

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Cristina Amil
Luís Urbano
Sara Martins
Silvano Rego

IMAGEM DA CAPA

General Óscar Carmona, Presidente da República [ao centro], Manuel Rebelo de Andrade, Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência [à direita] e Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas e Comunicações [à esquerda] na inauguração do Bairro de Casas Económicas de Belém / das Terras do Forno [Lisboa, 1934-38, MdH BD a225] em 1938

Empresa Pública Jornal O Século, Álbums Gerais nº57, doc. 2186M.
PT/TT/EPJS/SF/001-001/0057/2186M
Imagem cedida pelo ANTT

IMAGEM DA CONTRACAPA

Trabalhos preparatórios da Exposição do Mundo Português com o Bairro de Casas Económicas de Belém / das Terras do Forno concluído em fundo.

Fotógrafo: Horácio Novais (1910-1988).
Data de produção da fotografia original: 1938-1939(?). [CFT164.102169]
Fundação Calouste Gulbenkian

NOTA

As referências [MdH BD aXXX] indicam o número de ficha dos projetos na Base de Dados do Mapa da Habitação, disponível para consulta em <http://mappingpublichousing.up.pt/>

Índice

APRESENTAÇÃO DE UM PROJETO Rui Jorge Garcia Ramos	6
--	---

CONTEXTO

A CIÊNCIA E A TÉCNICA AO SERVIÇO DE CIDADES MAIS MODERNAS E SALUBRES Ana Cardoso de Matos	14
A QUESTÃO HABITACIONAL EM PORTUGAL – ENTRE O FINAL DA MONARQUIA E A REPÚBLICA Paulo M. Almeida	24
CORPORATIVISMO E HABITAÇÃO ECONÓMICA EM MEIO URBANO EM PORTUGAL (1933-1974) Paula Borges Santos, José Maria Brandão de Brito	36
ESTADO, HABITAÇÃO SOCIAL E RECONFIGURAÇÃO DA CIDADE: O CASO DO PLANO DE MELHORAMENTOS DA CIDADE DO PORTO DE 1956 Virgílio Borges Pereira, João Queirós	56
PORTUGAL NO PÓS-GUERRA. ENTRE O CONSERVADORISMO E A MODERNIDADE Fernanda Rollo	68
LECTURES ET RELECTURES DE L'ESTADO NOVO Victor Pereira	80

PROGRAMA

ANACRONIA DAS CASAS ECONÓMICAS: BASES PARA UM ESTUDO DO PROGRAMA-BANDEIRA DO ESTADO NOVO (1933-1974) Sérgio Dias Silva	94
ENTRE O INQUÉRITO À HABITAÇÃO RURAL E O INQUÉRITO À ARQUITECTURA POPULAR. A HABITAÇÃO DOS COLONOS DA JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA 1936-1960 Filipa de Castro Guerreiro	106
LEITURAS DE UM PERCURSO NA HABITAÇÃO EM PORTUGAL: AS «HABITAÇÕES ECONÓMICAS» - FEDERAÇÃO DE CAIXAS DE PREVIDÊNCIA MARIA TAVARES	118
HABITAR EM LISBOA: O CASO DO GABINETE TÉCNICO DE HABITAÇÃO (DESDE 1959) Jorge Mangorrinha	132
ANTES DE ABRIL. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO José António Bandeirinha	144

PROJETO

CIÊNCIA E MODERNIDADE NA ARQUITETURA DA CASA ECONÓMICA REPUBLICANA (1910-1933) Eliseu Gonçalves	156
HABITAÇÃO SUBSIDIADA PELO ESTADO EM PORTUGAL. UMA PAÑORÁMICA TIPO-MORFOLOGICA NO ÂMBITO DO PLURIFAMILIAR (1910-1974) Gisela Lameira	168
INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS EM EDIFÍCIOS DE HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR SUBSIDIADOS PELO ESTADO: O PLANO DE MELHORAMENTOS PARA A CIDADE DO PORTO ENQUANTO LABORATÓRIO Luciana Rocha	184

PARALELOS

FRANKFURT AM MAIN. UNA VIDA COMPARTIDA Carmen Espejel	200
NON CASE, MA CITTÀ - NON PROGETTI, MA PROGETTISTI. I QUARTIERI INA-CASA NELL'ITALIA DEGLI ANNI CINQUANTA. Orsina Simona Pierini	210
LOS POLÍGONOS DE VIVIENDA DE LA GERENCIA DE URBANIZACIÓN EN ESPAÑA: EL URBANISMO OPERATIVO DE BIDAGOR Luis Moya	220

PROGRAMA

BIO

Filipa de Castro Guerreiro. Viana do Castelo, 1976. Arquitecta, Professora auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, Doutorada em Arquitectura com a tese "Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento e o território", sob orientação de Sergio Fernandez, Marta Oliveira e Maria Manuel Oliveira. Investigadora do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP – 'Arquitectura: Teoria Projeto História' Colaborou com o arq. Álvaro Siza entre 1999 e 2000. Fundou em 2001, com Tiago Correia e Bruno Figueiredo, o Laboratório de Arquitectura. Em 2008 fundou o Atelier da Bouça com Tiago Correia, arquitecto com quem desenvolve desde 2000 vários projectos em parceria, dos quais se destacam a ampliação da EPRAMI Paredes de Coura (Prémio Categoria Jovem Arquitecto, Arquitectura em Tijolo de Face à Vista CVG 04/05), o CEIA da Paisagem Protegida do Corno de Bico (finalista dos Prémios FAD 2008 e nomeado para o Mies van der Rohe Award 2009) e 2 casas na Bouça das Cardosas (nomeado para o Mies van der Rohe Award 2015). Membro do Conselho Directivo da OASRN entre 2005 e 2010.

Entre o Inquérito à Habitação Rural e o Inquérito à Arquitectura Popular - a habitação dos colonos da Junta de Colonização Interna 1936-1960

FILIPA DE CASTRO GUERREIRO

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto grupo 'Arquitectura: Teoria Projecto História'

ABSTRACT

A Junta de Colonização Interna [JCI] foi criada em 1936, e ao longo de cerca de 24 anos construiu sete colónias agrícolas, onde foram instituídos 512 casais agrícolas.

A constituição e configuração das sete colónias, e de cada uma em particular, não decorreu de um projecto único, pontual e fechado, foi antes consequência de um processo longo, reflexo quer das pressões, visões, programas e paradoxos que cruzaram a formação e amadurecimento da própria Junta, quer do contexto económico e sociopolítico do País. Nesta circunstância, ressalta a diversidade dos modelos de estruturação do território, da conformação dos assentamentos, da expressão arquitectónica dos edifícios e, em especial, dos projectos para as habitações dos colonos.

A delimitação de quatro momentos permite interpretar essa diversidade, compreender os objectivos pontuais do programa colonizador, e assim entender a existência de diferentes condicionamentos da encomenda de arquitectura.

No primeiro momento [1936 – 1942], que corresponde à criação do organismo, a relação entre a Junta e o Instituto Superior de Agronomia [ISA] é determinante para a definição de objectivos e métodos de trabalho. Neste contexto, a consciência das paupérrimas condições de vida rural e o seu [re]conhecimento sistematizado no 'Inquérito à Habitação Rural' assumem um papel decisivo no debate em torno da habitação para os colonos, em especial na definição das suas premissas (higiene, salubridade e moral) e do seu programa mínimo.

No segundo momento [1936 – 1942] os edifícios dos casais agrícolas tornam-se objecto de representação da ideologia do Estado. O debate, agora com a participação de arquitectos, centra-se na expressão arquitectónica do conjunto e no seu enraizamento regional.

No terceiro momento [1947 – 1953] assiste-se a uma deslocação do meio de expressão do Estado para os equipamentos da assistência e conjuntos dos 'centros sociais'. Os projectos dos edifícios dos casais são reformulados pelos arquitectos entretanto integrados na estrutura de técnicos da Junta, no sentido de reduzir custos de construção.

No quarto momento [1954 – 1960], reflectindo o debate arquitectónico português da década de 1950, não só o modelo da casa unifamiliar isolada é substituído por edifícios geminados ou em banda, como os projectos espelham a procura de uma síntese entre a arquitectura moderna e a arquitectura popular.

Independentemente da composição e expressão arquitectónica adoptada em cada momento, a procura de enraizamento dos edifícios na arquitectura da região, promovendo laços afectivos entre o colono e o edifício, será a premissa comum aos vários projectos dos casais da Junta.

JUNTA DE COLONIZAÇÃO INTERNA

A Junta de Colonização Interna foi criada em 1936 com o intuito, entre outros, de instalar casais agrícolas nos baldios e propriedades do estado e nos terrenos entretanto irrigados pelo Plano de Hidráulica Agrícola. Os objectivos seriam aumentar a produtividade agrícola do País,, equilibrar o território continental caracterizado por duas condições opostas – um Norte verde, populoso e com parcelas excessivamente fragmentadas e um Sul seco, desértico e com grandes parcelas – e promover a “calma social” através da transformação dos trabalhadores agrícolas em proprietários. O programa de colonização interna, ao defender a necessidade de uma “população rural sadia, forte e garante fiel da nacionalidade” cumpriria uma vocação nacional, “de fixação da raça e valorização do território” (SNI 1944, 15-16), assente na conservação de uma população rural que teria como base a propriedade e a instituição da família à qual caberia um lar. Neste sentido, para além das questões agrícolas, a acção da Junta passava também por uma dimensão moral, de educação e controlo social. Estas ideias, claramente expressas no início da década de 1940 nos Cadernos de Ressurgimento Nacional (SNI 1944), enquadram-se num programa que estava, na época, em marcha em vários países europeus.

Apesar da clareza e grande dimensão inicial dos seus objectivos, ao longo de 25 anos, procurando responder a diversos desígnios políticos e sofrendo inúmeras pressões sociais, a Junta apenas construiu 512 casais organizados em sete colónias agrícolas. Ao longo deste período foram várias as visões e contextos que regeram os projectos da Junta. Para a habitação e dependências agrícolas dos colonos são conhecidos cerca de dezoito projectos, oito dos quais construídos. O debate sobre a habitação rural neste período é indissociável do debate em torno da “casa portuguesa”, e nesse contexto, os projectos dos casais da Junta materializam sinais das “resistências ao movimento da casa portuguesa” que João Leal refere:

“O sinal de partida para essas resistências [ao movimento da casa portuguesa] é dado pelo Inquérito à Habitação Rural, organizado no quadro do Instituto Superior de Agronomia, cujos resultados serão dados à estampa nos anos 1940. Dez anos mais tarde, com o Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal, organizado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos, é a vez de uma nova geração de arquitectos marcar as suas distâncias relativamente à casa portuguesa. Finalmente, no mesmo período em que os «novos» arquitectos percorriam o país em busca da sua própria versão da arquitectura popular, Veiga de Oliveira e os seus colaboradores do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular do Porto e, mais tarde, do Museu de Etnologia de Lisboa, começavam também a elaborar a sua visão do tema, mais uma vez distinta da proposta pela casa portuguesa.” (Leal 2000, 145)

Para compreender esses sinais, expressos nas premissas que regeram os projectos dos casais desenvolvidos pela Junta, é pertinente organizar a sua leitura segundo quatro momentos específicos na acção e enquadramento ideológico da Junta, que permitem identificar o contexto, as referências, influências e convergências de temas e a sua consequente tradução arquitectónica.

1936 – 1942 | A MORAL, HIGIENE E SALUBRIDADE DA HABITAÇÃO

O primeiro momento delimita-se entre a constituição do organismo, em 1936, e a apresentação, em 1942, do Projecto de colonização da Herdade de Pegões, o primeiro desenvolvido de raiz pela Junta com o intuito de constituir exemplo "doutrinariamente bem concebido e praticamente bem fundamentado" (JCI 1942a, 16).

O conjunto de acções desenvolvidas é orientado para a fixação de uma metodologia de desenvolvimento dos projectos de colonização, centrada sobretudo nas questões de dimensionamento e constituição do casal agrícola. A colaboração com o ISA¹ constitui uma marca indelével na concretização deste objectivo seminal, pelo conhecimento e interesses partilhados, pela incorporação e orientação de estudos prévios na metodologia estabelecida, e pela viabilização de muitos dos estudos através do seu desenvolvimento por alunos tirocinantes (Ágoas 2011, 110).

Nos quatro projectos desenvolvidos – Colónia Agrícola dos Milagres, Martim Rei, Herdade de Pegões e Mata Nacional da Gafanha, dos quais apenas os dois primeiros foram construídos segundo os projectos desenvolvidos neste momento – o desenho dos assentamentos reflecte apenas questões agrónomicas, e corresponde a um povoamento disperso de assentamentos de lavoura autónomos.

Nos projectos para os edifícios dos casais agrícolas dos colonos, as referências e temas de desenho circunscrevem-se à experiência construtiva dos agrónomos, difundida, na época, em vários manuais de construção agrícola. As premissas decorrem claramente da discussão gerada pelos trabalhos em torno do 'Inquérito à Habitação Rural', trabalho promovido pelo Senado da Universidade Técnica de Lisboa e dirigido pelos engenheiros agrónomos Eduardo Alberto Lima Basto e Henrique de Barros². As questões levantadas pelo inquérito, assim como a análise de construções rurais existentes na região, no que respeita à moral, higiene, habitabilidade e salubridade das habitações, são determinantes na definição do programa mínimo da habitação: três quartos (pais, filhos e filhas), cozinha e um espaço, exterior à habitação, para a retrete; na separação física entre espaços para habitação do homem e espaços para os animais; e na existência de dispositivos de iluminação e ventilação de todos os espaços.

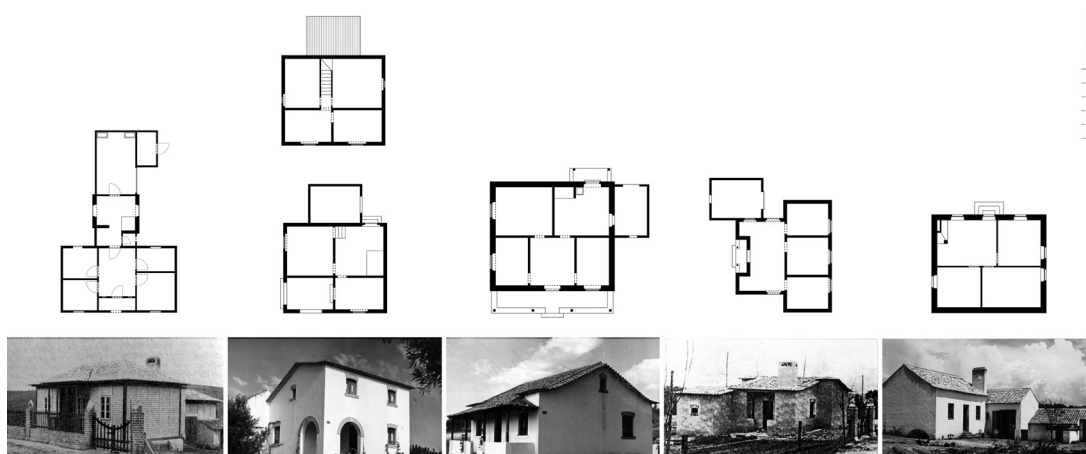
Para além das questões acima referidas, neste primeiro momento o desenho dos edifícios dos casais é alvo também de outros debates. Discute-se quem deverá construir os casais (entre a Junta e os próprios colonos) e defende-se o processo de autoconstrução. Nas Colónias Agrícolas dos Milagres e de Martim Rei, no entanto, a opção da construção dos casais pela Junta é tomada sob o argumento da urgência na reorganização e execução das colónias. Nos projectos de colonização da Mata Nacional da Gafanha e da Herdade de Pegões, já no início da década de 1940, procura-se fixar princípios de actuação da JCI e conferir aos projectos uma vertente pedagógica, no sentido de constituírem exemplos que possam ser seguidos na região³. Para a Gafanha é desenvolvido um projecto, para ser construído pelos colonos, que constitui uma interpretação da "habitação rural típica" (JCI 1942b). Para a Herdade de Pegões são propostos quatro casais-tipo que diferem pontualmente na habitação. O princípio da autoconstrução, no entanto, em nenhuma colónia será posto em prática.

1. A relação entre as duas instituições é formalmente explícita através da presença, no conselho técnico da JCI, do "professor de agricultura geral do ISA". (nº 2 do Artigo 176º. Decreto-Lei 27 207. Diário da República nº 269, Série I de 1936-11-16. Ministério da Agricultura.).

2. Neste primeiro momento os engenheiros agrónomos José Garcês Pereira Caldas e Henrique de Barros, Professor do ISA, constituem os ideólogos da acção da JCI.

3. Este intuito enquadra-se também numa acção mais alargada do Ministério da Economia, de publicação de um conjunto de manuais sobre habitação rural e dependências agrícolas: "A casa rural" (Basto 1942), "A casa rural. A habitação" (Macedo 1942a) e "A casa rural. O silo" (Macedo 1942b). Com estes manuais os agrónomos reclamam para si, e para a sua prática, a solução para o problema da habitação rural e manifestam repúdio ao emprego, à época recorrente, do imaginário decorativo da Casa Portuguesa, defendendo que "o bom gosto" e a "beleza da casa rural resulta sobretudo da simplicidade" e da adequação às suas necessidades (Macedo 1942a, 9).

Casais intervencionados e construído no Primeiro Momento



Casais existentes na Colónia Agrícola dos Milagres tipo I, II, III e IV [arquitecto Norberto Correia 1926-27] / Casal construído pela JCI nas Colónias Agrícolas dos Milagres e de Martim Rei [agente técnico de engenharia Dâmaso Constantino, 1937].

Fonte: composição da autora com desenhos seus e imagens de (Fortes 1935) e (JCI [194-?]).

O projecto dos casais construídos no final da década de 1930 na Colónia Agrícola dos Milagres e de Martim Rei estabelece como princípio a consideração do pátio de lavoura como elemento fundador e estruturante do conjunto edificado. O edifício decorre da justaposição de vários volumes, cada um desenhado e dimensionado exclusivamente em função das condições e necessidades da sua função, não existindo qualquer concessão ou elemento de relação que permita uma articulação com os restantes. Esta condição da composição, e o facto de não se encerrar todo o perímetro do pátio, permite que se acrescente em qualquer momento outro volume. A habitação concentra-se num volume rectangular dividido em quatro compartimentos – cozinha e três quartos –. O espaço da retrete constitui um volume autónomo localizado junto das dependências agrícolas. À semelhança de todos os restantes volumes, a habitação e a sua entrada voltam-se para o pátio, estabelecendo uma relação directa e exclusiva com o espaço das actividades agrícolas, fechando-se para a via de acesso.

Entre as duas colónias o projecto varia apenas na implantação dos anexos agrícolas, mantendo-se o desenho da habitação. Na sua elementaridade, o volume isolado da habitação aproxima-se das características das Casas Económicas construídas pelo Estado no mesmo período, em várias cidades portuguesas; dos modelos de habitações rurais difundidos nos manuais de construções agrícolas do início do século ⁴; e dos projectos construídos pelo *Instituto Nacional de Colonización*, em Espanha, até ao início da década de 1950.

1942 – 1946 | O “ENGRANDECIMENTO”⁵ DO LAR NO “CASAL-TIPO PARA A REGIÃO”

No segundo momento, que coincide com os últimos anos da Segunda Guerra Mundial, é projectada a maioria das intervenções da Junta. A arquitectura é chamada quer para dignificar e engrandecer a imagem do Lar, símbolo da família, base da Nação, quer para dar forma e legibilidade aos assentamentos. Para as colónias de Trás-os-Montes e Minho são projectados os primeiros assentamentos concentrados, onde a escolha do sítio é cuidadosamente definida a partir de premissas geográficas, da distância máxima entre a casa e as parcelas agrícolas, e das relações com a rede de povoamento territorial existente.

O enquadramento ideológico altera-se significativamente, o quadro de recursos mínimos e de prevalência das premissas agrícolas é substituído pela procura de um sentido de representação dos valores defendidos pelo Estado – identidade, ruralidade e ordem – e, à semelhança das acções do Estado em torno do concurso da Aldeia mais portuguesa de Portugal, revela a intenção consciente de construção de uma paisagem. A matriz de desenho dos assentamentos revela uma série de referências e temas

resgatados ao debate internacional da época. A cidade jardim é, contudo, a única referência assumida nos documentos (JCI 1944, 59)

Com a não assumida, mas inegável, participação de arquitectos nos projectos da Junta, e em especial do arquitecto Eugénio Corrêa ⁶, o tema dos projectos regionalizados, em debate desde a década de 1930 na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, passa também a estar presente nos projectos para os casais agrícolas. A casa rural, “filha legítima da geografia” (Girão 1941b, 249), constitui o programa, por excelência, onde o tema poderá ser explorado em todas as suas dimensões. Nela é possível ultrapassar o sentido mais epidérmico da mera utilização dos materiais próprios da região e interpretar também a relação entre a conformação volumétrica e espacial da casa e as consequências – marcantes na orientação da produção agrícola e animal e no quotidiano familiar – da sua condição geográfica e climática.

Do ponto de vista do conhecimento sobre a habitação rural, a década de 1940, para além da publicação do primeiro volume do Inquérito à Habitação Rural (Basto e Barros 1943), é marcada pela publicação dos estudos de diferenciação regional de Amorim Girão (Girão 1941a) (Girão 1941b) e Orlando Ribeiro (Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico 1945), e do início dos estudos de etnologia de Jorge Dias, Benjamim Pereira e Ernesto Veiga de Oliveira ⁷. Os estudos dos geógrafos são reconhecidos nos documentos da JCI, que inclusive citam Amorim Girão [JCI, 1948, p.1].

Os três projectos de casais desenvolvidos neste período – para o Barroso, em Trás-os-Montes; para a Boalhosa, no Minho; e para Pegões, no Ribatejo – reflectem claramente as leituras geográficas da casa rural desenvolvidas por estes autores. O “tipo” proposto para cada região reinterpreta a arquitectura popular da mesma, convocando novas premissas de higiene, moral e organização social, e não se abstém, antes pelo contrário, de exercer uma manipulação no sentido de estabelecer um espaço capaz de condicionar, com os seus valores, o quotidiano do homem que se quer “civilizar”.

De uma forma genérica, o foco de atenção do projecto deixa de se centrar na funcionalidade do espaço de trabalho agrícola, para se centrar na imagem sólida do edifício do casal agrícola enquanto suporte de representação da empresa agrícola familiar. A noção do conjunto edificado conformador de um recinto desvanece-se com a *objectualização* do edifício, engrandecido pela concentração dos programas num único volume, implantado no centro do lote.

Os símbolos do lar – lareira e chaminé – são exteriormente empolados, e o espaço da cozinha, enquanto centro da vida familiar, é alvo de cuidadoso desenho. A opção pelo volume único constitui uma clara ruptura relativamente às premissas dos projectos anteriores – distanciamento entre os espaços para os animais e para os homens e ausência de um sentido de representação – contudo, pelo modo como reinterpreta a organização da casa da região em torno de um pátio ou eido, pode ser lida como a procura de um sentido de enraizamento dos colonos através de organizações espaciais que se aproximem dos seus hábitos, não deixando, contudo, de garantir níveis aceitáveis de higiene e salubridade.

Este sentido de enraizamento, que, segundo expressa Orlando Ribeiro, corresponde a uma consciência de que “[...] as soluções técnicas devem subordinar[-se] a uma compreensão carinhosa das necessidades e usos locais.” (Ribeiro 1995, 134), e constitui um dos componentes da ideia de estabelecer tipos regionais em oposição a um modelo único a implementar em todo o território.

6. A participação de Eugénio Corrêa, neste período, nos projectos da JCI, apesar de não estar documentada, constitui uma hipótese plausível (Guerreiro 2016, 308, 388, 425).

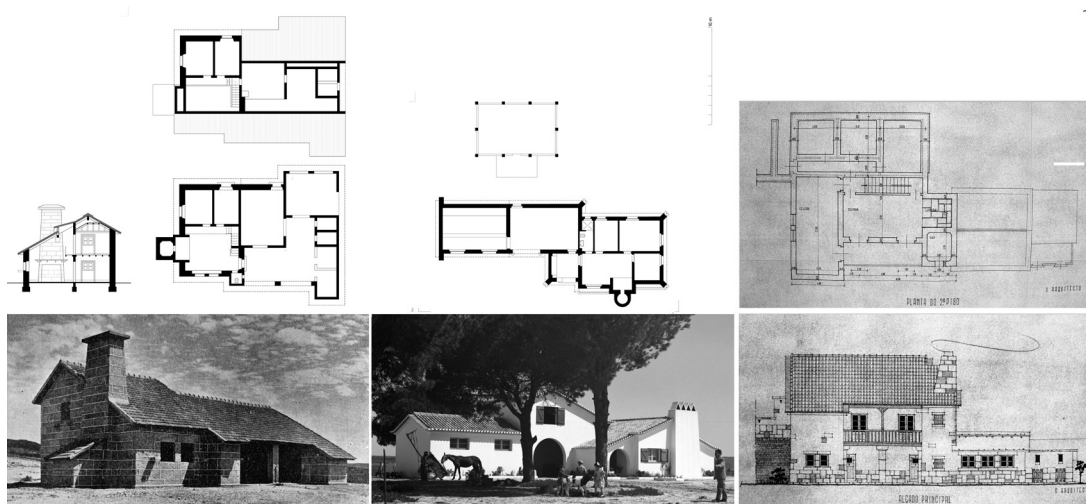
7. Apesar da maioria dos trabalhos destes três autores ser publicada apenas muito mais tarde, na colecção “Portugal de Perto” (Oliveira e Galhano 1992) na década de 1990, parte dos estudos são publicados inicialmente, nas décadas de 1940 e 1950, em artigos científicos dispersos, conforme refere Benjamim Pereira (Faria 2015, 311-351). É neste período que Jorge Dias, após terminar em 1944 o seu Doutoramento em Etnologia na Universidade de Munique, com a tese “Vilariño da Furna, Um Povo Autárquico da Serra Amarela.”, assume, em 1947, a direcção do sector da Etnografia do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (Sobral 2018).

A primeira grande diferença, identificada por Amorim Girão e Orlando Ribeiro, entre a casa rural do Norte e a do Sul de Portugal prende-se com a sua organização em um ou dois pisos e com a relação espacial entre a habitação e as dependências agrícolas, temas que os projectos da Junta interpretam. Assim, na proposta para o Barroso a casa é organizada através de um pátio coberto que medeia a relação entre a habitação e as dependências agrícolas. O espaço da cozinha é desenhado como se de um outro pátio se tratasse, agora interior, que centraliza a vida doméstica e estrutura a habitação em dois pisos. Para além da construção integral em alvenaria de granito destaca-se a proposta da cobertura em colmo (posteriormente alterada), muito utilizada na região do Barroso no período em causa, e que é defendida com uma referência à sua utilização, no mesmo período, em habitações na Alemanha, França e Inglaterra (JCI 1944, 43).

O casal projectado para a Herdade de Pegões, inicialmente previsto em adobe, organiza habitação e dependências agrícolas num piso único, apesar de cada programa funcionar autonomamente, com espaços de entrada completamente independentes. Na habitação destaca-se a presença do alpendre, espaço de relação entre interior e exterior cujo programa ultrapassa a simples entrada para se afirmar como espaço de estar.

No projecto, não construído, para o casal da Boalhosa, o edifício adapta-se à topografia acentuada, estruturando-se em três pisos. As dependências agrícolas alinham-se no piso térreo construindo a frente do "terreiro", e no piso intermédio, onde se localiza a cozinha e o celeiro, a grande varanda complementa e flexibiliza a vivência dos espaços. Apesar de projectado também em alvenaria de granito, na parte da habitação os planos são rebocados e caiados. Estes três casais aproximam-se, na sua solidez, qualidade construtiva e expressão arquitectónica – capaz de constituir um veículo de representação dos princípios do Estado – das casas dos guardas florestais, cantoneiros e guardas fiscais, projectadas no mesmo período.

Casais projectados no Segundo Momento



"Casal tipo para a região do Barroso" [arquitecto Eugénio Corrêa (?), 1943] / "Casal para a Herdade de Pegões" [arquitecto Eugénio Corrêa (?), 194?]/"Casal tipo para o núcleo da Boalhosa" [arquitecto Maurício Trindade Chagas, 1946].

Fonte: composição da autora com desenhos seus e imagens de (Lobo e Antunes 1960)/ (Novais, JCI [MATERIAL GRÁFICO] / ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS s.d.)/ (JCI 1948).

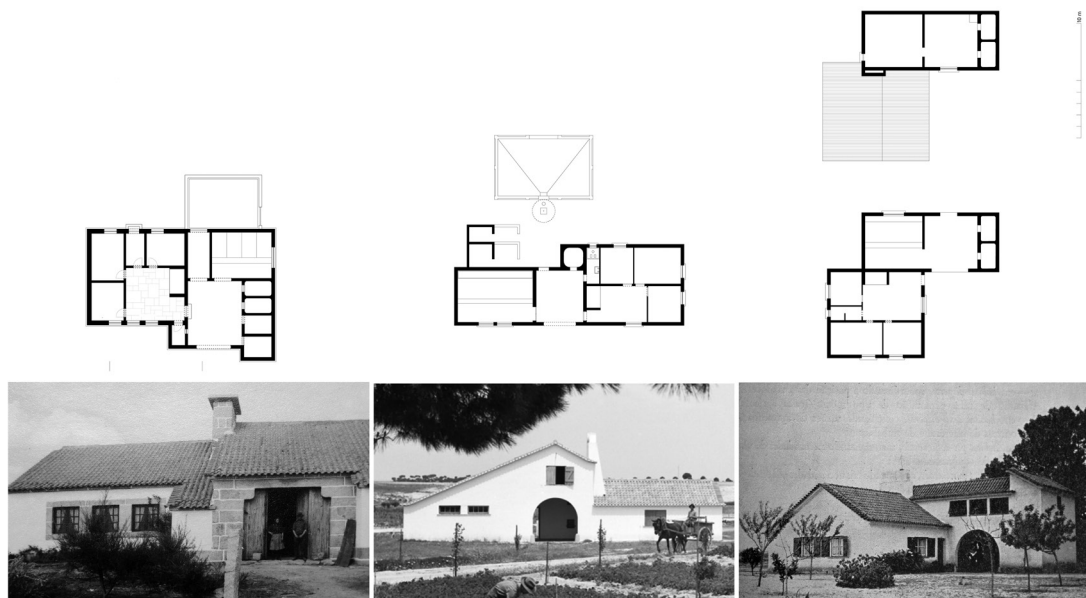
1947 – 1953 | O REDESENHO ECONÓMICO DO CASAL E AS NOVAS EXPRESSÕES ARQUITECTÓNICAS DOS EQUIPAMENTOS

O terceiro momento corresponde ao período, no pós-guerra, em que, apesar das colónias estarem a ser construídas, existe já uma consciência de que o programa colonizador não se concretizaria em toda a sua amplitude. Aos arquitectos, agora integrados na estrutura da Junta, é pedido que reformulem os projectos dos edifícios dos casais no sentido de reduzir os custos da sua construção. A reorientação do Estado, no sentido da modernização e industrialização do País, provoca a deslocação do seu meio de expressão privilegiado – o casal agrícola – para os equipamentos da assistência e conjuntos dos 'centros sociais'. É neste momento que se projecta e constrói a maioria dos edifícios assistenciais das colónias. São projectados três novos casais agrícolas – para a Colónia Agrícola do Alvão e do Barroso, a Colónia Agrícola de Pegões e a Colónia Agrícola da Gafanha.

Na generalidade, as propostas correspondem a um redesenho dos projectos anteriores respondendo a uma redução de áreas e de custos e a pequenas alterações do programa agrícola. Com um sentido de simplificação, os edifícios sofrem quer algumas perdas nas suas lógicas anteriores de reinterpretação da habitação popular (como é o caso do casal para Trás-os-Montes que passa a organizar-se num piso único), quer na qualidade da composição volumétrica do conjunto (como é o caso do casal para a Colónia Agrícola de Pegões).

A proposta para a Colónia Agrícola da Gafanha, a única projectada de raiz, segue as mesmas premissas, no entanto, não se prendendo ao redesenho de um projecto anterior, o conjunto proposto é mais claro e equilibrado. O projecto é particularmente interessante pelo modo como os silos ganham visibilidade, passando a revelar o programa agrícola do conjunto, sendo a sua presença explorada plasticamente no jogo de volumes do edifício.

Casais construídos no Terceiro Momento



"Projecto do casal para colonos a construir no Alvão" [arq. Trindade Chagas, 1950]/ "Projecto do Casal para a Herdade de Pegões" [arquitecto António Trigo, 1949]/ "Projecto do casal da Gafanha" [arq. Trindade Chagas, 1950].

Fonte: composição da autora com desenhos seus e imagens de (Barriga 1964) (Novais, JCI [MATERIAL GRÁFICO] / ESTÚDIO MÁRIO NOVAIS s.d.)/ (Lobo e Antunes 1960).

Mas, se nos casais agrícolas não é posta em causa a expressão arquitectónica nem se procede a nenhuma experimentação, mantendo-se materiais, formas e técnicas construtivas testadas e enraizadas, nos projectos para os equipamentos é revelada uma nova postura da Junta que espelha a circunstância do debate arquitectónico nacional, no início da década de 1950. Para além do início do processo de industrialização do País, a derrota dos regimes fascistas na II Guerra Mundial permite também um desanuviamento do ponto de vista cultural. Com a "nova fachada democrática" (Pereira, A Arquitectura de regime, 1938-1948 1998, 37) que o Estado quer transmitir e que possibilita a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura, onde se ouvem e registam as críticas dos arquitectos às imposições estilísticas, passa a haver, dentro da Junta, espaço para propostas com diferentes expressões arquitectónicas. Num mesmo tempo, e nalguns casos inclusive para um mesmo espaço, são desenvolvidas propostas com diferentes premissas no que respeita à sua expressão arquitectónica.

Convivem projectos que procuram ainda a expressão e os símbolos de uma "pretensa arquitectura nacional" (Pereira 1996, 259) – contrafortes, beirais, composições clássicas com eixos de simetria que procuram alguma monumentalidade –, com projectos que propõem uma experimentação moderna dos materiais locais – abóbadas de tijolo no Ribatejo, planos soltos de alvenaria de granito em Trás-os-Montes – e ainda com projectos que procuram estabilizar, independentemente do programa do equipamento, uma tipologia e um sistema construtivo generalizável que, partindo de uma leitura atenta das construções populares, e neste sentido cruzando-se com as propostas arquitectónicas do arquitecto Keil do Amaral, pretendem expressar uma grande unidade, reduzir necessidades de manutenção e, simultaneamente, garantir uma grande flexibilidade na sua organização interna, adaptando-se às diferentes solicitações programáticas.

Neste percurso destaca-se a proposta de Eugénio Corrêa em torno do sistema construtivo "Paraboloides", um sistema que, partindo da leitura das técnicas construtivas tradicionais, pretendia responder de forma célere, económica e com níveis de conforto aceitáveis, à necessidade de construção de inúmeras habitações e equipamentos. Numa maquete, registada em fotografia pelo Estúdio Mário Novais (Novais, Arquitecto Eugénio Correia [Material gráfico] / Estúdio Mário Novais s.d.), exemplifica a adaptação do sistema a alguns dos programas correntes das colónias agrícolas – habitações com diferentes dimensões, estábulos, escola e igreja. Enquanto programa integral de construção das colónias, a proposta de Eugénio Corrêa não terá tido acolhimento por parte da JCI, ficando o conjunto de Santo Isidro de Pegões apenas como uma experiência pontual de construção de equipamentos – igreja e escolas – e habitações para funcionários – professoras e padre. Daqui se depreende a disponibilidade da JCI em arriscar experiências construtivas nos equipamentos, mas reservando soluções largamente testadas e enraizadas para os edifícios dos colonos, edifícios que seriam alvo de empréstimos a longo prazo e que não poderiam ser cobaias de experiências potencialmente mal sucedidas.

1954 – 1960 | O PROJECTO SITUADO COM EXPRESSÃO MODERNA

O quarto e último momento corresponde sensivelmente à segunda metade da década de 1950, período em que já havia consciência de que a colonização se reduzia às sete colónias. É projectado e construído o assentamento da colónia da Boalhosa e desenvolvidos vários projectos, não realizados, para a segunda fase da colónia da Gafanha. Encerram-se processos pendentes e implementam-se estruturas cooperativas. Assiste-se à entrada dos arquitectos paisagistas nas equipas de técnicos da JCI que realizam trabalho quer à escala do território, intervindo nos projectos de colonização, quer à escala do assentamento, desenvolvendo projectos de ordenamento paisagístico. Há uma alteração significativa na matriz de desenho dos assentamentos. Passam a estruturar-se através de composições mais complexas, organizadas a partir da disposição de faixas de parcelas, com acesso por duas vias que conformam espaços de ruas e praças e onde se procura um sentido de comunidade. O conhecimento acumulado nas experiências anteriores permite uma certa autonomia dos arquitectos a quem é solicitado, genericamente, pragmatismo. Reflectindo o debate arquitectónico da década de 1950, o modelo da casa unifamiliar isolada é abandonado, testando-se outras tipologias – edifícios geminados e em banda.

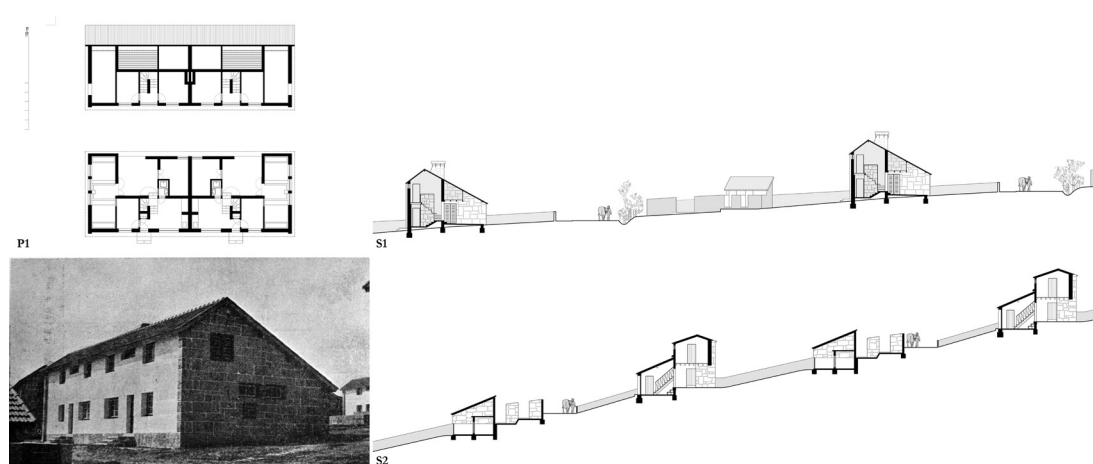
Apesar de apenas terem sido construídos casais agrícolas no núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa, foram desenvolvidos mais três projectos de casais, dois para a mesma colónia agrícola e um outro para o assentamento da Videira na segunda parte da Colónia Agrícola da Gafanha. Em todos os projectos assiste-se ao abandono do entendimento do edifício enquanto tipo generalizável a uma região, optando-se por projectos que se ajustam à forma do assentamento e às condições específicas do sítio – com grande atenção à topografia.

Os projectos desenvolvidos para os casais agrícolas da Colónia Agrícola da Boalhosa retomam a atenção às referências espaciais da habitação popular da região que são colocadas em diálogo com as premissas modernas que começaram a ser discutidas no seio da Junta no momento anterior. Neste sentido antecipam e acompanham o debate arquitectónico, em Portugal suscitado pelo Inquérito à Arquitectura Popular, em torno das qualidades da arquitectura vernácula, e aproximam-se dos projectos desenvolvidos pouco tempo depois para as Habitações Económicas da Federação de Caixas de Previdência.

A primeira proposta de casal desenvolvida para o núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa foi projectada pelo arquitecto Henrique Albino em 1954. Constitui o único projecto em que os casais, organizados em banda, e o assentamento são desenhados pelo mesmo arquitecto. Apesar da continuidade do edifício em banda, o projecto debate quer o tema da monotonia, quer o tema da identificação da individualidade de cada casal, através quer da diferenciação de materiais e planos, quer da justaposição dos volumes dos silos e chaminé. O desenho do casal resgata à habitação da região o espaço do "telheiro" enquanto espaço primordial do quotidiano familiar, utilizando-o, em conjunto com o da "cozinha-jantar", como espaço central organizador.

Dois anos depois de desenhado o projecto, o lugar do assentamento é repensado, de forma a implantar-se totalmente no concelho de Paredes de Coura onde se localizam a grande maioria das terras agrícolas da colónia. É desenvolvido um novo projecto quer para o conjunto quer para os casais. António Trigo projecta a aldeia, José Luiz Pinto Machado é o arquitecto que assina o projecto dos casais. A proposta, apesar de agora organizada em edifícios geminados, decorre claramente do projecto de Henrique Albino, revelando, no entanto, quer um aparente maior conhecimento do funcionamento da vida agrícola, quer uma maior capacidade de sistematização e economia no desenho dos espaços.

Casais projectados no Quarto Momento para a Colónia Agrícola da Boalhosa



P1 e S1 Casal para o Núcleo de Vascões da Colónia Agrícola da Boalhosa [arquitecto José Luiz Pinto Machado, 1956] / S2. Casal para a Boalhosa [arquitecto Henrique brando Albino, 1954].

Fonte: composição da autora com desenhos seus e imagem de (Lobo e Antunes 1960).

Quer no que respeita à habitação, quer ao total do edifício (incluindo anexos agrícolas), o projecto reduz drasticamente a sua área bruta para 145 m² (o primeiro casal construído na Colónia Agrícola do Barroso tem 233 m² e o último casal projectado, para a Colónia Agrícola da Gafanha, 170 m²) aproximando-se dos primeiros casais projectados para a Colónia Agrícola de Milagres e Sabugal. Tal como na proposta de Henrique Albino, perante um terreno inclinado, o projecto procura minimizar a necessidade de terraplenagens, adaptando os edifícios ao declive do terreno. Todos os casais do assentamento possuem sensivelmente a mesma orientação solar, garantindo a exposição da habitação a Sul. Este aspecto constitui uma das premissas do projecto mais destacadas na memória descritiva e tem consequências directas na organização interna e volumetria da proposta. A habitação é organizada a partir de um volume vertical de dois pisos, voltado a Sul – de forma a garantir o aquecimento dos espaços e a visibilidade para o logradouro e terrenos agrícolas do vale. A questão térmica é ainda sustentada pelo facto de as dependências agrícolas envolverem o volume da habitação a Norte e nos seus topos. A cobertura é descentrada de forma a possibilitar um único piso a Norte, implantado a uma cota ligeiramente superior aos dois pisos a Sul. O interior do edifício é também estruturado a partir do "telheiro". A entrada na habitação e o espaço de circulação vertical são marcados pela presença de uma parede de alvenaria de granito, completamente solta, em torno da qual se desenvolve a caixa de escadas, estabelecendo relações visuais directas quer com o vão do "telheiro", quer com o piso superior.

UM SENTIDO DE ENRAIZAMENTO

Em grande parte do percurso de construção das colónias agrícolas da JCI, os projectos e obras construídas espelham os temas do debate arquitectónico do seu período. Temas que os arquitectos da Junta também debateram, e nalguns aspectos, ainda que não tenham tido dimensão, divulgação e visibilidade para serem modelo, exemplo ou referência, foram precursores.

Sobre os projectos da JCI paira o debate sobre o sentido e profundidade da procura de uma arquitectura regional, e das suas nuances. Procura em que, se entendermos corresponder a uma conservação e manutenção das formas e técnicas construtivas longamente testadas, considerando que não se justifica alteração por continuarem a garantir uma resposta adequada às premissas equacionadas, encontramos um sentido de tradicionalismo conservador que não acarreta necessariamente um sentido pejorativo mas uma aposta em valores seguros, com reduzida margem para experimentalismo e, conseqüentemente, evolução. Se, porém, entendermos significar um enraizamento das formas e relações entre espaços na arquitectura popular da região, procurando interpretar a essência entre forma e circunstância, adaptando-as a novas premissas de higiene e moral, poderá ser entendida como postura moderna, mesmo que o novo homem que se pretende construir não seja o homem liberto sonhado pelo Movimento Moderno.

Ainda que, pontualmente, a aproximação à arquitectura popular possa ser lida segundo uma destas determinadas perspectivas, revelando a postura de um arquitecto específico ou de um particular contexto de condicionamento da encomenda, entendemos que na globalidade de todo o percurso de construção das colónias agrícolas o interesse na arquitectura popular constitui, antes de mais, um meio de apreender mecanismos de aproximação à cultura dos colonos a quem se dirigem os edifícios; nos quais, apesar de se pretender alterar os parâmetros de salubridade, higiene e moral, se procura que exista uma identificação, um enraizamento que contribua para o sucesso da colonização.

CRÉDITOS

O presente texto decorre da investigação desenvolvida no âmbito da Tese de Doutoramento "Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento e o território" e no projecto "Habitação: 100 anos de políticas públicas em Portugal 1918-2018" promovido pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana.

BIBLIOGRAFIA

Acciaiuoli, Margarida. *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*. Dissertação de doutoramento em História da Arte Contemporânea. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade Nova de Lisboa, 1991.

Ágoas, Frederico. *Saber e poder. Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.

Barriga, António Manuel Serrano Ribeiro. *Relatório de tirocínio do curso de regente agrícola*. Évora: Escola de Regentes Agrícolas, 1964.

Basto, E. A. Lima. *A casa rural*. Campanha da Produção Agrícola. Série B-Nº 25. Lisboa: Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942.

Basto, E. A. Lima, e Henrique de Barros. *Inquérito à habitação rural. Vol. 1: A habitação rural nas províncias do Norte de Portugal (Minho, Douro Litoral, Trás-os-Montes e Alto-Douro)*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, 1943.

Faria, Nuno. *Os Inquéritos [à Fotografia e ao Território]. Paisagem e povoamento*. Guimarães: Centro Internacional das Artes José de Guimarães, 2015.

Fortes, Mário Pais da Cunha. "Colónia Agrícola dos Milagres." *Separata do Boletim de Agricultura* Ano II – n.º 4 e 5, III Série, Abril de 1935.

Girão, Aristides de Amorim. *Atlas de Portugal*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1941a.

– *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1941b.

Guerreiro, Filipa de Castro. *Colónias Agrícolas Portuguesas construídas pela Junta de Colonização Interna entre 1936 e 1960. A casa, o assentamento e o território*. Tese de Doutoramento em Arquitectura. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016.

JCI. *Colónia Agrícola dos Milagres [Álbum de fotografias]*. Lisboa: JCI, [194-?].

– *Plano geral de colonização do Perímetro da Gafanha*. Lisboa: JCI, 1942b.

– *Projecto de colonização da Herdade de Pegões*. Lisboa: JCI, 1942a.

– *Projecto de colonização do Núcleo da Boalhosa*. Lisboa: JCI, 1948.

– *Projecto de colonização dos baldios de Montalegre e Boticas: I Parte - freguesia de Chã*. Lisboa: JCI, 1944.

Leal, João. *Etnografias Portuguesas, 1870-1970: Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Dom Quixote, 2000.

Lobo, Vasco, e Alfredo da Mata Antunes. *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: MOP – Direcção Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo, 1960.

Macedo, Mário Botelho de. *A casa rural. A habitação*. Campanha da Produção Agrícola. Série B-Nº 26. Lisboa: Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942a.

– *A casa rural. O silo*. Campanha da Produção Agrícola. Série B-Nº 35. Lisboa: Ministério da Economia, Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, 1942b.

Novais, Estúdio Mário. "Arquitecto Eugénio Correia [Material gráfico] / Estúdio Mário Novais." *Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian*.s.d. <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt> (acedido em 30 de 05 de 2018).

– "JCI [Material gráfico] /Estúdio Mário Novais." *Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian*. s.d. <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt> (acedido em 30 de Maio de 2018).

– "JCI [Material gráfico] / Estúdio Mário Novais." *Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian*. s.d. <http://www.biblartepac.gulbenkian.pt> (acedido em 30 de Maio de 2018).

Oliveira, Ernesto Veiga de, e Fernando Galhano. *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. Colecção Portugal de Perto. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

Pereira, Nuno Teotónio. "A Arquitectura de regime, 1938-1948." In *Portugal: Arquitectura do Século XX*. Munchen, New York, Frankfurt, Lisboa: Portugal-Frankfurt 97, S.A., Deutsches Architektur-Museum, Prestel-Verlag, 1998.

Pereira, Nuno Teotónio. "Um testemunho sobre a arquitectura nos anos 50." In *Escritos*. 1947-1996, selecção. Porto: FAUP publicações, 1996.

Ribeiro, Orlando. "A concentração urbana e os seus males. Documentos e perspectivas de estudo [1957]." In *Opúsculos Geográficos*. Volume V – Temas Urbanos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

– *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.

SNI. *Colonização Interna*. Lisboa: SNI, 1944.

Sobral, José Manuel. "DIAS, António Jorge." *Dicionário de Historiadores Portugueses: da fundação da Academia Real das Ciências ao final do Estado Novo (1779-1974)*. 30 de Maio de 2018. http://dichp.bnportugal.pt/historiadores/historiadores_dias_jorge.htm.

Soroya y Pineda, Maria José. *Construcciones agrícolas*. 4ª edição. Madrid: Ruiz Hermanos, 1930.



MAPA DA HABITAÇÃO
REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE
A ARQUITECTURA HABITACIONAL
APOIADA PELO ESTADO
EM PORTUGAL (1910-1974)

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

U. PORTO

UNIVERSIDADE
DO PORTO
FACULDADE
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO

CENTRO
DE ESTUDOS
DE ARQUITECTURA
E URBANISMO
CEAU

MAPA DA
HABITAÇÃO
MdH



FACULDADE DE ARQUITECTURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO
PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO PT2020-PTDC/CPC-HAT/1688/2014